ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ata n.º 15
4.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 13 de outubro de 2023

Aos treze dias do mês de outubro do ano dois mil e vinte e três, nesta cidade de Portalegre e no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre com a presença dos seguintes membros: Luís Miguel Casqueiro Romão, Albano António de Sousa Varela e Silva, Ricardo Jorge Palmeiro Romão, Rui Jorge Batista Martelo, Maria da Conceição Barradas Grilo, Adriano Manuel Alface Bailadeira, Célia Maria da Silva Carreiro, Maria Gertrudes Ludovino Carvalho, Raúl Alberto Carrilho Cordeiro, Diogo Júlio Cleto Serra, Maria da Conceição Ceia Miranda, Artur Jorge Coelho Correia, Filipa Barroso Viegas, Ana Isabel da Costa Meira, Sara Maria Esteves Luís Sardinha, Ana Sofia Carita de Oliveira Miguéns, Marco António Serra Antunes, Diogo Rafael Bagina Aragonez, José Cordas Barradas, Carla Lucinda Raposo Mocito, Célia de Jesus Soares, Marília João Pereira Baptista Lacão, Henrique Manuel Esteves Santinho, Jaime Alexandre da Silva Fitas, Bruno José Marchão Calha, Francisco Manuel Frutuoso Carrapiço e Raquel Alexandra Reizinho Carita Castelo. ----------
Estiveram presentes a senhora Presidente de Câmara e vereadores da Câmara Municipal de Portalegre: Fermelinda de Jesus Pombo Carvalho, Laura Ivone Velez Galão, Marco Sales Cardoso, Nuno Gonçalo Franco Lacão, Luís David Trindade de Moreira Testa, Ana Margarida Salgueiro Curinha e João Nuno Cativo Cardoso.
Estiveram ainda presentes os seguintes dirigentes, trabalhadores: Cláudia Isabel Rota Maçãs Nogueira Capote, chefe da Divisão de Ordenamento, Planeamento e Gestão Urbanística; Pedro Guilherme Mourato Rainho Barbas, chefe da Divisão da Cultura, Juventude, Desporto, Assuntos Sociais, Educação e Turismo; José Mário Agrelo Calha, chefe da Divisão de Obras e do Ambiente; José Manuel Figueiredo Gandum chefe da Divisão de Administração Geral e Finanças, Rui Manuel Nunes Pinto, chefe de Divisão dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes, tendo a sessão sido secretariada pela técnica superior Maria Luciano de Jesus Fernandes Tavares.----------

ABERTURA DA SESSÃO:
==========

O senhor presidente de mesa, Luís Miguel Casqueiro Romão, cumprimentou todos os presentes na sala e deu início aos trabalhos, eram vinte e uma horas. Foi verificada a existência de quórum.----------

FALTAS: Faltou o membro João Pedro Cachiço Ribeiro Luis.----------

AS SUBSTITUIÇÕES:

O membro da Assembleia Municipal Francisco do Carmo Garcia fez-se substituir, nos termos do artigo 78º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, por Maria

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)

Gertrudes Ludovino Carvalho, nos termos da citada Lei e atenta a lista PPD/PSD, CDS-PP sujeita a sufrágio.----------

O membro da Assembleia Municipal João Paulo Carreço Brazão fez-se substituir, nos termos do artigo 78º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, por Diogo Rafael Bagina Aragonez, nos termos da citada Lei e atenta a lista do partido socialista sujeita a sufrágio.----------

O membro da Assembleia Municipal Amândio José Valente e Valente fez-se substituir, nos termos do artigo 78º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, por Diogo Júlio Cleto Serra, nos termos da citada Lei e atenta a lista da CDU sujeita a sufrágio.----------

O membro da Assembleia Municipal Luís Miguel Candeias Ricardo fez-se representar, nos termos da alínea c), do artigo 18.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, por Marília João Pereira Baptista Lacão. ----------

Elencadas as presenças, substituições e representações, doravante os membros da Assembleia Municipal, serão tratados pelos nomes e apelidos para facilitar a inteligibilidade da leitura da presente ata.----------

Antes da ordem do dia o senhor presidente de mesa deu a conhecer a todos os membros da Assembleia Municipal um convite dirigido a todos por parte da Câmara Municipal de Portalegre, para a 'Festa da Chama Solidária', que decorreria no dia seguinte pelas 14h30m no Centro de Congressos da Câmara. A 'Festa da Chama Solidária' contaria com a presença da senhora ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Dra. Ana Mendes Godinho, e foi promovida pelo CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) em parceria com a União Distrital das IPSS's (UDIPSS), terminou referindo que todos se sentissem convidados a participar no evento.

Posteriormente introduziu o ponto único da Assembleia extraordinária que decorre de uma Moção aprovada em Assembleia Anterior, que foi lida.

<u>Ordem do dia:</u>

1. **Situação da Fundação Robinson;**

Moção apresentada pelo partido socialista e subscrita por todos os grupos municipais:

"A Assembleia Municipal de Portalegre regista com preocupação o facto de, reiteradamente, os documentos de contabilidade consolidada apresentados a esta Assembleia pelo executivo em permanência, não refletirem a totalidade do perímetro orçamental do Município de Portalegre, omitindo os dados relativos à Fundação Robinson.

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)

Tal situação, aliada ao bem conhecido estado de preocupante degradação do património da Fundação Robinson a que se assiste todos os dias, ao desconhecimento sobre a real situação financeira e patrimonial, à ausência de órgãos sociais, ou à falta ou omissão de estratégia municipal, não nos pode deixar indiferentes.

Um problema não desaparece se não falarmos dele.

Saber a verdade sobre a situação da Fundação é um direito dos portalegrenses. Revelar essa verdade é um dever do executivo perante todos os Portalegrenses.

A Assembleia Municipal de Portalegre, reunida na sua reunião ordinária de 30 de junho de 2023, delibera:

1 – Solicitar ao senhor presidente da Assembleia Municipal de Portalegre o agendamento de uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal, a ocorrer antes da reunião ordinária de setembro de 2023, com um ponto único dedicado à discussão sobre a situação da Fundação Robinson;

2 – Solicitar que na referida reunião possa ser discutido um Plano concreto para o futuro da Fundação Robinson, mandatando o senhor presidente da Assembleia Municipal de Portalegre para desenvolver os procedimentos necessários à apresentação do referido Plano.

Os subscritores

Paços do Concelho de Portalegre, 30 de junho de 2023"

Seguidamente o senhor presidente de mesa informou os membros da Assembleia Municipal que para dar provimento ao mandato conferido na Moção à sua pessoa, havia sido convocada uma reunião de conferência de representantes, no dia 3 de agosto passado, antecedendo o mês de setembro, para que pudesse ser cumprido o calendário da dita Moção. Nessa reunião fizeram-se representar todos os grupos municipais e foi apresentada uma proposta e metodologia para serem desenvolvidos os procedimentos constantes do ponto 2 da Moção, nomeadamente a formação de uma Comissão, nos termos do regimento da Assembleia Municipal, art.º 33.º que foi lido:

" Artigo 33.º - Constituição das Comissões
1 - A Assembleia Municipal pode deliberar a constituição de Comissões.
2 - A iniciativa de constituição de Comissões pode ser exercida pelo Presidente, pela Mesa ou por um Grupo Municipal.
3 - O elenco das Comissões e as suas áreas de acompanhamento são fixados no início de cada mandato, podendo ser alterados no seu decurso.
4 - As Comissões constituídas para a prossecução de um objeto determinado, extinguem-se quando o mesmo seja concluído ou se torne impossível."

O senhor presidente de mesa destacou que na sua interpretação do mandato, conferido pelo ponto 2 da Moção, propusera a constituição de uma Comissão, integrada por todos

os grupos municipais, e acompanhada por um membro do executivo, cuja exerceria as competências seguintes que foram lidas da proposta de regulamento:

"ARTIGO 2º.
Competência
Compete à Comissão, nos termos do artigo 3.º do Regimento da Assembleia Municipal, articulado com o art.º 25 do RJAL:
a) Proceder à sistematização do Diagnóstico da entidade Fundação Robinson, que integra o perímetro de administração local e em que o município tem influência dominante, com vista à sua discussão e votação no Plenário;
b) Proceder à redação final do Plano para o Futuro da Fundação Robinson com vista à sua discussão e votação no Plenário, a fim de ser remetido ao órgão executivo como recomendação;
c) Submeter ao Plenário da Assembleia um relatório da sua atividade, designadamente para confirmação das votações indiciárias ocorridas na Comissão. "

Após a leitura das competências da Comissão informou a assembleia municipal que na conferência de representantes alguns dos grupos municipais rejeitaram a constituição da Comissão apesar de, e recordou que em várias Assembleia Municipais do atual mandato, todos os grupos municipais se tinham disponibilizado a colaborar para resolver a situação da Fundação Robinson.

Reforçou então que na sua interpretação livre, do mandato conferido pela Moção subscrita por todos os grupos municipais, faria sentido a proposta de criação de uma Comissão para ajudar a solucionar a situação da Fundação Robinson, indicando que mantem a proposta em cima da mesa, de integrar todos os grupos municipais representados na Assembleia Municipal de Portalegre para o efeito, a fim de que se possa realizar um diagnóstico e elaborar um plano, que sirva de recomendação à Câmara Municipal e solucionar-se assim a situação da Fundação Robinson.

De seguida convidou os subscritores da Moção a apresentarem os motivos da subscrição e indicou que a discussão do ponto teria extraordinariamente o dobro do tempo regimentado na grelha A, que seria de duas horas, por ter sido assumido esse compromisso, em conferência de representantes na preparação da assembleia extraordinária e para não se deixar nenhum assunto por esclarecer.

Raul Cordeiro no uso da palavra, endereçou cumprimentos a todos os presentes e disse que embora não seja o 'core' da assembleia, havia uma questão fundamental, que em conferência de representantes já mencionara e que tem a ver com o mandato, que a assembleia municipal conferia ao presidente da Assembleia Municipal, a deliberação diz claramente que o senhor presidente teria que se fazer acompanhar de um plano sobre a situação do futuro da fundação Robinson, e, a proposta legitima do senhor presidente seria constituir uma comissão para elaborar o plano, portanto, não era essa a intenção da deliberação seguramente. Há uma segunda questão com a constituição da própria comissão, uma comissão emanada da Assembleia Municipal só pode por natureza ser constituída por membros da Assembleia, não pode ter membros da Câmara Municipal. Portanto a comissão proposta pelo senhor presidente não estaria de acordo com o

mandato conferido, e não responde ao objetivo e à solicitação da Moção. Esse é o ponto e não vale a pena discutir mais sobre isso.

O presidente de mesa agradeceu a intervenção e acrescentou que, a proposta do regulamento da comissão fora apresentado na conferência de representantes, de forma clara e explícita, para se obterem contributos e melhorias à mesma, e para que resultasse em um regulamento consensual a todos.

Sara Sardinha tomou a palavra e após cumprimentar a todos os presentes na sala e em casa, referiu-se ao assunto e disse que o grupo municipal do PSD-CDS interpretou a Moção exatamente como o senhor presidente da Assembleia, e disse também que em conferência de representantes, de dia 3 de Agosto se lembra que o regulamento proposto era aberto, nunca foi um regulamento fechado, nunca foi um regulamento imposto, foi um regulamento para ser discutido, e não ouviu nessa reunião de representantes ninguém falar do problema de haver um elemento do executivo, isso só surgiu agora, e percebe que as pessoas mais tarde debatam com o seu grupo e apresentem novas propostas, mas realçou que quando foi rejeitada a proposta da comissão, em conferência de representantes, não teve a ver com a presença de um elemento do executivo. O grupo municipal do PSD-CDS entendeu a Moção na sequência do que sempre se falou, em todas as Assembleias Municipais, sobre o assunto, e, todas as atas que foi ler sobre a Fundação Robinson comprovam que é uma situação tão delicada que teriam de estar todos envolvidos, todos os grupos municipais da assembleia municipal.

Ricardo Romão cumprimentou todos os demais e informou que estaria a tentar perceber a razão de ser da assembleia. A sua interpretação foi outra, a assembleia visava discutir o futuro da Fundação, sobretudo, e a Moção foi apresentada com esse intuito. Não esperava que a assembleia começasse com a discussão da proposta da criação de uma comissão, e reiterou o que disse nesse dia na reunião de representantes, concorda com a Sara porque é um assunto que toca a todos, nesse aspeto é unanime, mas o que está em causa é que é necessário ter uma estratégia para a Fundação, encarar que o problema tem de ser resolvido e está parado há demasiado tempo, e esse foi o mote da Moção. Portanto disse nesse dia que a estratégia de criar uma comissão é uma estratégia que não resolve nada, o caminho para a Fundação tem de ser decidido pelo Executivo Municipal, estar a discutir coisas que não competem à Assembleia é estar a perder tempo, o que é preciso é resolver o problema, houve munícipes que comentaram com a CLIP que tinham espectativas de que a assembleia trouxesse alguma luz sobre o assunto, mas pelos vistos a intenção é criar uma comissão que vá enrolar o problema mais algum tempo.

O senhor presidente de mesa indicou que se sentiu visado pela intervenção, e apesar da interpretação que qualquer um faça ser legitima, esclareceu que o objetivo da sua proposta não foi esse, ou seja, foi reiteradamente defendido, em várias assembleias municipais, que a solução para a Fundação Robinson tinha de englobar todos os grupos municipais, para que todos se fizessem ouvir, e no seu entender não há nada mais democrático do que criar uma comissão, em que todos se fizessem representar, a fim de delinear uma estratégia para o futuro da Fundação Robinson, e aliás, a própria

conferencia de representantes é convocada para o início de agosto, o que prova essa intenção, para que em setembro, quando ocorresse a assembleia extraordinária, já houvesse uma estratégia de forma a ser debatida em sede de Assembleia Municipal. Contrariamente ao que é comum nas conferências de representantes não foi marcada dez dias antes, mas com antecedência maior.

Raul Cordeiro retomou a palavra para pedir ao senhor presidente para começar a ordem de trabalhos o mais rapidamente possível.

Diogo Serra no uso da palavra cumprimentou a todos os membros da Assembleia e o público presente e em casa, mas cumprimentou também todos os trabalhadores da Robinson e as suas famílias, cumprimentando especialmente aqueles que em 2009 foram postos na rua com salários em atraso e sem receber, situação que ainda hoje se mantém. Essa é a razão por que também subscreveram a Moção, e fez notar que o entendimento é semelhante ao dos membros Raul Cordeiro e Ricardo Romão, a necessidade de se poder discutir muito menos que o passado mas o futuro, mas também importa saber se se deve e a quem, mas acima de tudo o futuro, e isso não pode ser feito sem estar presente a entidade principal que é o executivo municipal. Portanto numa comissão não estaria a Câmara, e não pode ficar de fora o executivo municipal, que é quem detém os meios, o conhecimento e a obrigatoriedade de resolver essa situação. Vê com bons olhos que se possa fazer a discussão que está na ordem de trabalhos, sem fechar a porta a que possa surgir a necessidade de uma comissão ou várias comissões no futuro. Mas que se possa saber qual é a situação da Fundação Robinson, qual é a situação para futuro, e mais importante que o futuro da fundação é o futuro do espaço Robinson, o futuro daquele património que é preciso preservar.

Albano Silva no uso da palavra disse que se começou mal, o combinado é que haveria uma exposição de motivos dos subscritores, e começou-se pela forma e pelas propostas finais de grupos de trabalho. Esquecendo tudo o que se passara até então leu a exposição de motivos do seu grupo municipal:

"Na reunião ordinária do passado dia 30 de junho apresentamos uma Moção que visava, em última análise, chamar a atenção dos responsáveis políticos, do município de Portalegre, para a necessidade de serem dados passos, no sentido de colocar a Robinson no centro das nossas atenções. A aprovação por unanimidade dessa Moção nessa Assembleia Municipal mostra bem que as preocupações eram sentidas por todas as forças políticas aqui representadas. Acreditem que ficamos felizes e registamos este importante comportamento coletivo. Hoje, dia treze de outubro de 2023, estarmos reunidos, na assembleia municipal extraordinária, para discutir em exclusividade a situação da Robinson, é um indicador promissor. As instalações da fábrica Robinson foram encerradas em 2009, após 170 anos de laboração, a fundação Robinson iniciou funções em 12 de agosto de 2003, e os seus estatutos foram aprovados em 11 de janeiro de 2005, e alterados em Maio de 2019, com objetivos bem clarificados, de prossecução de ações de ordem cultural, educativa, social e da ciência, podendo ainda atuar nas áreas do desporto e da filantropia e com o fim especifico, sublinho com o fim específico, de preservação do espólio arqueológico industrial da Sociedade Corticeira Robinson Bros SA, e de qualquer outro espólio que lhe fosse confiado. Muitas tentativas

de gestão, alguns caminhos estratégicos foram tentados, mas por isto ou por aquilo não resultaram em pleno, apesar de algum edificado e atividades terem sido implementadas. Porém sentiu-se sempre alguma dificuldade em discutir este tema que parecia ser fraturante, haver pouca tolerância entre as forças envolvidas e implicadas em todo o processo, ao longo destas duas dezenas de anos. Houve sempre uma certa promiscuidade mal explicada entre a Câmara Municipal e a Fundação Robinson. Entretanto foi acontecendo tudo, até auditorias de apuramentos de responsabilidades financeiras exatamente por não se conseguir encontrar um caminho seguro e sustentável para o futuro da Robinson. Não queremos, não pretendemos e consideramos que seria o pior que podia acontecer, hoje aqui, entrarmos num processo de culpas sobre quem não fez, quem deveria ter feito, quem fez mal ou quem errou, não é esse o processo que nos move, nem gostávamos de o ver hoje aqui repercutido. É importante ter em conta, é melhor pensar até assim, que alguns tentaram infelizmente sem obterem os resultados pretendidos. O que sabemos é que passados estes anos sentimos hoje sobre a Robinson e sobre a sua Fundação um vazio confrangedor. Os órgãos diretivos da Fundação demitiram-se, o conselho de curadores nunca mais reuniu, o assunto deixou de ser tema em reuniões do executivo e da Assembleia Municipal, as contas da Robinson não existem, impossibilitando a consolidação financeira das contas de todo o perímetro financeiro do município, o que é grave. Urge por fim a este silêncio comprometedor, silêncio que nos inquieta a todos, não conversando não resolvemos nada, tenho a certeza que todos pensamos assim, e queremos todos fazer parte da solução, queremos honrar os compromissos de eleitos pela população do concelho de Portalegre. O que todos sabemos e que a população sente é a existência de uma parte da cidade fechada, estamos perante uma área de sete hectares, que estamos a impossibilitar que faça parte, com todo o direito, da cidade de Portalegre. Estamos todos os dias a impossibilitar que a cidade se valorize, a esconder parte da cidade à população, e a impossibilitar o seu crescimento harmonioso, ligando bairros e praças relevantes da cidade, enquadrando de forma definitiva na cidade estabelecimentos e espaços já existentes, uns com vida própria, outros sem ela, como a Escola de Hotelaria e Turismo, o edifício conhecido por ICTVR, o parque de estacionamento, o auditório, etc.. O que todos sabemos é que um imenso espolio da arqueologia industrial não está devidamente seguro e está em degradação constante. O que nós podemos espreitar são muitos edifícios em ruínas, a necessitar de recuperação, e de terem uma função no quadro da estratégia de desenvolvimento municipal. Hoje há muita gente, espalhada pelos diversos cantos do mundo, interessada por esta área, pelo nicho de mercado do turismo industrial, que estamos a desaproveitar. E todos nós, se refletirmos um pouco sobre o significado de um passado de 170 anos, de uma das maiores instituições industriais da cidade, dos milhares de trabalhadores que ali trabalharam anos a fio, percebemos que estamos a calar uma memória coletiva da cidade, uma memória industrial tão relevante que nos caberia antes preservar e dignificar. A nossa cidade foi a maior cidade industrial do interior do país, às vezes parece que nos esquecemos e ficamos inertes, não queremos só as chaminés, queremos a ampliação da cidade, queremos projetos museológicos e turísticos, queremos uma cidade com densidade urbana na sua zona histórica, queremos aí uma nova centralidade, temos que saber retirar consequências disso tudo e avançarmos, o passado industrial, a riqueza do conhecimento histórico e a teoria do desenvolvimento das cidades impulsiona-nos para a frente. Senhora presidente da Câmara Municipal de

Portalegre, é este o sentimento que nos deve dar força para fazer acontecer, nem que para isso tenhamos que primeiro investigar, encontrar as melhores soluções jurídicas, e fundamentalmente falar com todos aqueles que tem o maior conhecimento do passado recente da fundação Robinson, é preciso falar com eles e depois encontrar os melhores caminhos para prosseguir. Provavelmente estamos todos de acordo de que o modelo da fundação chegou ao fim, mas também sabemos que estatutariamente, sem a sua existência formal, e os seus órgãos em funcionamento nada poderá acontecer, o que esperamos então. Fazemos votos para que, em serenidade democrática, aconteça hoje um debate enriquecedor e construtivo, que nos permita sair daqui mais elucidados, com maior conhecimento da situação, com propostas claras e consensualizadas e com o comprometimento efetivo do executivo do nosso município, para dar relevo a esta problemática, e desenvolver estratégias para a sua resolução, apresentando periodicamente informação à Assembleia Municipal sobre os caminhos percorridos. "

O senhor presidente de mesa agradeceu a exposição de motivos dos subscritores e convidou os presentes a apresentarem intervenções sobre a situação da Fundação Robinson.

Diogo Serra referiu que a metodologia é difícil, assim como perguntar-se aos grupos municipais o que sabem da Fundação, exatamente porque estes sabem muito pouco, e seria aconselhável que a Câmara, ou alguém ligado à gestão da Fundação, pudesse dar uma panorâmica da situação atual, embora todos tenham a sua opinião, é o que cada um acha, e seria aconselhável uma intervenção inicial, da senhora presidente ou outrem, que informasse qual é a situação no momento.

O senhor presidente de mesa indicou que, o que estava definido era debater-se a situação da Fundação Robinson, e que não convocara ninguém ligado aos órgãos Sociais da Fundação Robinson, e, acrescentou que nos termos do regimento da Assembleia, intervém os membros da Assembleia, a senhora presidente e os senhores vereadores do executivo.
Em conferência de representantes nenhum dos grupos municipais apresentou essa sugestão, e se tivesse sido referida poderia ter sido acolhida, pelo que, a sugestão e a metodologia pretendida por Diogo Serra, poderiam ter sido apresentadas, na dita conferência de representantes, que serve, também, para definir as metodologias adequadas ao funcionamento das sessões da Assembleia Municipal.

Raul Cordeiro destacou que a Moção fora subscrita por todos os grupos municipais da Assembleia, embora a iniciativa tenha sido do partido socialista, e que acabaram de fazer a sua exposição de motivos, e teriam a espectativa de que os outros grupos também fizessem a sua exposição de motivos, já que subscreveram a Moção. Mas se não houvesse mais exposições de motivos partiriam para a fase de pergunta-resposta.

O senhor presidente de mesa afirmou que se o ponto diz textualmente 'situação da Fundação Robinson', seria para se realizar uma análise conjunta, do que se sabe e do que ainda não se sabe, e destacou que, de entre os eleitos do atual mandato estão membros que já estiveram em mandatos anteriores, e com certeza que tem conhecimentos sobre a Fundação Robinson, estratégias desenvolvidas, umas que

resultaram, outras que não resultaram, e cujos contributos podem ajudar a gerar um plano para se resolver a situação, terminou elencando que o objetivo claro e muito bem exposto, pelo membro Albano Silva, é tentar articular algumas ideias que possam ser solução para se resolver a situação da Fundação Robinson, portanto o objetivo, corroborado por todos os grupos municipais, é haver alguma discussão que possa servir de base à delineação de uma estratégia para futuro, e que todos sabem não ser fácil, a não resolução do problema tem anos, e é fraturante para a cidade e para o concelho.

Raul Cordeiro deu início as questões e perguntou à senhora presidente de Câmara qual o nível de informação que o município tem dos assuntos internos da Fundação Robinson.

Ricardo Romão no uso da palavra disse que entendera das palavras do senhor presidente que a assembleia seria transformada numa audição, uma assembleia em que o ponto único é a situação da Fundação Robinson, querendo os grupos municipais serem esclarecidos, por não saberem a situação atual da mesma, passar-se-ia para uma inversão, que é uma audição de pessoas eventuais, entre as quais, se calhar, membros dos grupos municipais. Seguidamente perguntou que fosse indicado qual é no momento a composição dos órgãos sociais da fundação.

Diogo Serra reforçou que fosse respondido pela senhora presidente de Câmara e pelo senhor presidente da Assembleia, se por inerência fazem parte do conselho de curadores, como presidente e vice-presidente, respetivamente, se o órgão tem reunido e o que pode trazer de informação à Assembleia.

A senhora presidente de Câmara no uso da palavra cumprimentou a todos os presentes e aos munícipes que assistem em casa, e passou a responder às questões colocadas afirmando que responde na qualidade de presidente de Câmara, e não na qualidade de membro da Fundação Robinson, da qual não faz parte. Relativamente à primeira questão sobre o nível de informação sobre a situação interna da fundação, não pode responder de forma clara pela razão de não fazer parte dos órgãos sociais. Relativamente à segunda pergunta, é uma resposta clara e fácil de responder, tendo em atenção o que é referido nos estatutos da fundação, em que está plasmado que os mandatos são de cinco anos, e sendo do conhecimento de todos, e da parte que quem fez a pergunta, que na reunião de Câmara de 14 de agosto de 2019, foi nomeado o conselho de curadores e o conselho diretivo e também indicado o fiscal único; portanto partindo do principio claro, indicado nos estatutos, de que os mandatos são de cinco anos, como dizia o 'outro senhor' 'é só fazer as contas', e quer crer que os membros do conselho de curadores são os indicados na reunião de Câmara e os membros do conselho diretivo também. Chamou a atenção para o artigo 8.º dos mesmos estatutos que leu:

"ARTIGO 8.º
Duração e cessação do mandato
1 – O mandato dos membros do conselho de curadores é de cinco anos, sendo renovável uma vez por igual período e a exclusão de qualquer membro só pode realizar-se por decisão do próprio conselho, tomada por escrutínio secreto, e por maioria de dois

terços dos votos expressos, com base em indignidade, falta grave ou manifesto desinteresse pelo exercício das funções"
Presume que, não tendo sido dada qualquer indicação pelo conselho de curadores à presidente de Câmara, de que tenha ocorrido qualquer deliberação desse conselho de curadores nesse sentido, presume que o mandato esteja a decorrer e termine em agosto de 2024.

O senhor presidente de mesa evidenciou que a resposta respondia igualmente à questão colocada pelo membro Diogo Serra.

Nesse momento Albano Silva acrescentou que tinha informação de que o conselho diretivo teria pedido a demissão nos prazos legais, e perguntou à senhora presidente de Câmara se concordava ou se achava que não era assim.

A senhora presidente de Câmara informou que desde que é presidente de Câmara não recebeu nenhuma informação sobre a demissão do conselho diretivo.

Albano Silva perguntou se o conselho diretivo não pedira a demissão ao conselho de curadores.

A senhora presidente de Câmara indicou que não faz parte do conselho de curadores.

Albano Silva disse que os estatutos dizem que o presidente do conselho de curadores é o presidente da Câmara, e como tal, não percebe e julga que algo está mal.

O senhor presidente de mesa pediu que não se entrasse em diálogo, nem em comentários intercalares, referindo que é uma interpretação que a senhora presidente de Câmara fez e voltou a dar-lhe a palavra.

A senhora presidente de Camara explicou o seu entendimento cingindo-se ao que dizem os estatutos que leu:

"ARTIGO 7º
Composição e designação
1) O conselho de curadores é composto por dez membros, tendo um presidente, cinco vice-presidentes e quatro vogais;
2) O presidente do conselho de curadores é o presidente da Camara Municipal de Portalegre ou pessoa por esta indicada, que pode delegar, delegação sempre reversível, total ou parcialmente, em membro do conselho de curadores, os seus poderes
..."
Portanto a Câmara Municipal em agosto de 2019, sob proposta do senhor vice-presidente de então, votou uma proposta indicando quem era o presidente do conselho de curadores, e, portanto, a Câmara não voltou a pronunciar-se sobre qualquer alteração, desconhece que o presidente do conselho de curadores da altura se tenha demitido, sabendo que o mandato é de cinco anos, presume que o mandato esteja em vigor até agosto de 2024. É a sua interpretação e é a interpretação do advogado da

Câmara, e não é referido nos estatutos que o presidente da Câmara é presidente do conselho de curadores por inerência, e convenha-se que se assim fosse os mandatos seriam coincidentes e não são, os mandatos da fundação não são coincidentes com os mandatos autárquicos, os órgãos da fundação podem manter-se após o término do mandato autárquico.

Ricardo Romão disse que não acreditava no que estava a ouvir, cada um poderá ter a sua interpretação, a seu bel-prazer, cabe a cada um, outra coisa diferente é a interpretação da lei e a interpretação dos estatutos reconhecidos legalmente como é o caso, e não se pode subverter estatutos que existem e são de interpretação claríssima. Perguntou à senhora presidente, se houve uma designação de conselho de curadores em agosto de 2019, a meio do mandato, por que razão houve essa designação de um conselho diretivo da fundação a meio do mandato. Se a senhora presidente de câmara sabe porquê.

Nesse momento o senhor presidente de mesa disse que o vereador do executivo Luís Testa pediu para intervir, mas quem pode dar essa autorização é a senhora presidente de câmara.

Nesse momento Albano Silva disse que a pergunta não fora respondida: «quem são os órgãos da fundação Robinson», não sabe quem são, está tão baralhado que nem sabe quem é o conselho de curadores e os restantes órgãos, e a senhora presidente tinha de dizer.

O senhor presidente de mesa indicou que a discussão não fora ainda concluída, pediu para ser respeitado na sua função de presidente da assembleia, dado que não desrespeitou nem interrompeu ninguém, pediu igual respeito para a sua pessoa, e perguntou à senhora presidente de câmara se autorizava a intervenção do senhor vereador do executivo Luís Testa.

A senhora presidente de câmara disse que não via inconveniente e deu a palavra ao senhor vereador Luís Testa.

No uso da palavra o senhor vereador do executivo Luís Testa endereçou cumprimentos a todos os presentes e disse que perante o conjunto de informações prestadas lhe cumpria dizer o seguinte: tomou posse no conselho de curadores da fundação Robinson por cooptação, uma vez que era presidente da Assembleia Municipal no mandato anterior, pouco depois das eleições de 2017, e não houve lugar à substituição de nenhum membro desse órgão, a não ser de forma intercalar de alguns membros que pediram a renúncia e por esse motivo foram substituídos, mas o órgão tinha quórum e funcionou na sua plenitude desde o início do seu mandato até ao seu términus. Estranha a argumentação aduzida, tão-somente porque não necessitam os estatutos taxativamente de dizer que são parte do órgão por inerência. Por quando de forma expressa os estatutos dizem que o presidente de Câmara é presidente do conselho de curadores, quer dizer que esse membro é cooptado, assim como é dito que o vice-presidente é o presidente da Assembleia Municipal, também esse membro é cooptado. Uma vez que se perde a origem da cooptação, uma vez que esse membro deixa de

exercer as funções pelas quais é cooptado, cessa a cooptação, ou seja, as pessoas deixam de ter legitimidade para intervirem naquele órgão em concreto, e foi assim que quando deixou as funções de presidente da Assembleia Municipal, que deixou naturalmente as funções de membro do conselho de curadores. Imaginando que não era esse o entendimento, mas sim o entendimento que se quer fazer passar, acontece que mesmo à luz desse entendimento já teria cessado as suas funções, porque de 2017 até aos dias de hoje já passaram mais de cinco anos. Acontece que a senhora presidente de câmara fez uma confusão, entre o conselho diretivo e os demais órgãos da fundação Robinson. Relativamente à sua responsabilidade pessoal de intervir nos órgãos da fundação Robinson, esta cessou no dia em que deixou de ser presidente da Assembleia Municipal, ou seja, no dia em que tomaram posse os novos órgãos autárquicos, mas ainda assim decorreram mais que cinco anos desde o início das suas funções no conselho de curadores até ao dia de hoje, e é nesse sentido que reitera a sua desobrigação perante os órgãos da fundação Robinson. Relativamente ao que se seguiu se foi convocado o conselho de curadores, se teve iniciativa, se reuniu, desconhece, porque deixou de pertencer a esse órgão para o qual nunca mais foi convocado e bem. Também relativamente ao conselho diretivo, e à luz do esclarecimento a que está obrigado a prestar à Assembleia Municipal, enquanto autarca do município, parece-lhe que nunca foi recomposto, ad início, esse órgão, nem sequer de forma intercalar, o que houve foi a designação intercalar de membros para lugares, que estavam em vacatura, nesse órgão que tinha o seu mandato em curso. Porque à Câmara Municipal só compete designar os membros que os estatutos lhe atribuem e não os outros, e há outros membros dos órgãos sociais que tinham o seu mandato em vigor. E, portanto, para esclarecimento informa que não tem qualquer obrigação perante os órgãos da Fundação Robinson, porque o seu mandato cessou em virtude da habilitação que o originava ter também cessado, e ainda se assim não fosse, teriam decorrido mais de cinco anos, o prazo estipulado nos estatutos da Fundação Robinson.

Raul Cordeiro agradeceu todos os contributos para a discussão e disse que deduzia das informações da senhora presidente que embora a Fundação Robinson faça parte do perímetro orçamental da Câmara, e a Câmara participe, e tenha o dever de participar na Fundação Robinson, e tenha o dever de saber o que se passa na Fundação Robinson, pode deduzir das palavras da senhora presidente, que não tem informação atualizada sobre os assuntos internos da Fundação Robinson. Perguntou ainda adicionalmente se durante todo o tempo, desde que iniciou o seu mandato, se teve acesso à documentação da Robinson, nomeadamente às atas que existam, e como é que teve acesso a essa documentação.

Sara Sardinha no uso da palavra disse que estava baralhada e precisava de ser elucidada. Referindo-se a um relatório do tribunal de contas, informou que este diz que: 'em 23/09/2019 tomou posse o novo conselho de curadores da Fundação Robinson, apenas integrando sete membros, cinco dos quais foram indicados pelo município de Portalegre: presidente Maria Adelaide Teixeira, vice-presidente Bruno Metelo, vice-presidente Luís Testa, vice-presidente José Manuel Gomes, vice-presidente António Ceia da Silva, vogal Ricardo Romão, vogal Ana Constantino.' E mais à frente o mesmo relatório diz: 'em 23/9/2019 tomou posse o novo conselho diretivo da Fundação Robinson constituído apenas por três membros todos eles indicados pelo município:

presidente João Nuno Cardoso, vogal Luís Batista, vogal Domingos Cordeiro'. Afirmou que não está elucidada porque o senhor vereador Luís Testa diz que o seu mandato é de 2017, e perguntou se o relatório do tribunal de contas está incorreto.

Raul Cordeiro, afirmou que o relatório do tribunal de contas está incorreto, e do que leu extrai-se que no conselho de curadores havia dois membros que só lá estavam porque ocupavam um determinado cargo, e a partir do momento em que deixam de exercer esse cargo, automaticamente deixam de ser membros do conselho de curadores, e refere-se à Dra. Adelaide Teixeira que era presidente de Câmara e ao Dr. Luís Testa que era presidente da Assembleia Municipal.

Nesse momento o senhor presidente de mesa indicou que tinha dois pedidos de palavra dos vereadores do executivo, e com a permissão da senhora presidente de câmara deu a palavra ao vereador Luís Testa e seguidamente ao vereador João Nuno Cardoso.

No uso da palavra o vereador do executivo Luís Testa afirmou que o relatório do tribunal de contas está incorreto, e está incorreto na justa medida da sua própria letra, mais propriamente acerca do conselho diretivo do que acerca do conselho de curadores, ao dizer que tomou posse um novo conselho diretivo apenas com três membros, isso é incorreto, porque os outros dois membros estavam em funções e não voltaram a tomar posse, e portanto, é um equivoco da letra do relatório do tribunal de contas, mas também se verifica relativamente ao conselho de curadores, porque o próprio em 2019 não retomou posse, ou seja, não houve um novo conselho de curadores, a sua posse estava adquirida desde 2017 e não voltou a tomar posse, aliás, a tomada de posse dos membros do conselho de curadores teve a ver com a renúncia dos membros do PSD, o João Nabais Pinto e Fernando Rebola, mas garantiu que não retomou posse de um órgão, do qual já fazia posse por inerência de funções, e concluiu afirmando que o relatório do tribunal de contas está errado.

No uso da palavra o vereador do executivo João Nuno Cardoso disse que esperava estar a discutir o futuro de uma das áreas mais emblemáticas da cidade de Portalegre, e que precisa de ter um futuro, e Portalegre precisa que ela tenha um futuro, mas parece-lhe que é mais fácil 'varrer para debaixo do tapete' do que arranjar soluções, e no caso o 'varrer para debaixo do tapete' é atirar as culpas para os outros. Chegou-se à conclusão que até a presidente Adelaide ainda está em funções, e o vereador Luís Testa ainda está em funções, o que é uma coisa surreal. Também é surreal quando a senhora presidente resolve ler os estatutos, mas não na íntegra, porque o artigo 13º dos estatutos diz e leu:

"ARTIGO 13º
Duração e cessação do mandato

1) O mandato dos membros do conselho diretivo tem a duração de cinco anos, podendo ser renovável uma vez por igual período.
2) Os membros do conselho diretivo não podem ser providos nos mesmos cargos da fundação antes de decorridos cinco anos.
3) O mandato dos membros do conselho diretivo cessa:
   a) Pelo seu termo:

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)

b) A requerimento do interessado, com a antecedência mínima de 60 dias, e que se considera deferido se no prazo de 30 dias a contar da data da sua entrada sobre ele não recair despacho de indeferimento."

E foi isso que aconteceu, no seu caso, e no caso do Dr. Luís Batista, requereram a cessação do mandato, na altura ao presidente do conselho de curadores, e aos órgãos da fundação restantes, decorreu o prazo do pedido de cessação, renunciaram ao mandato dentro dos prazos, cumprindo tudo o que está estabelecido na lei, e portanto, agora virem dizer que ainda se encontram em funções é surreal. É surreal quando a senhora presidente já utilizou diversas vezes o espaço da Fundação sem pedir autorização a ninguém, se afinal estão em funções, porque é que não foram contactados. E disse que não é mentiroso, nem está ali para ser enxovalhado.

Nesse momento o senhor presidente de mesa pediu que a linguagem e a sobriedade, característica do órgão Assembleia Municipal sejam mantidas, e também pediu que não haja interpretações que se considerem mais legítimas do que outras, porque a própria interpretação do direito permite diferentes interpretações, senão, não haveria disputas legais.

Sara Sardinha no uso da palavra indicou que o arquiteto João Nuno Cardoso disse que se demitiu perante a presidente do conselho de curadores e perguntou se se referia à demissão de 2020 perante a Dra. Adelaide.

O senhor vereador do executivo João Cardoso respondeu que sim que foi em 2020.

Sara Sardinha perguntou então se a demissão foi em 2020 perante a presidente do conselho de curadores Dra. Adelaide, porque é que existe uma ata de dezembro de 2020 assinada por João Nuno Cardoso enquanto presidente do órgão conselho diretivo. Não entende haver uma demissão, esta ser aprovada em reunião de Câmara, e depois haver uma ata em que afinal o arquiteto João Nuno Cardoso ainda é presidente do conselho diretivo e deixou essa dúvida.

O vereador do executivo João Cardoso esclareceu que não tinha que ver com os 60 dias e relatou todo o procedimento. O procedimento inicia-se em 20 de fevereiro de 2020 com o pedido de cessação de funções, enviado à senhora presidente da Câmara Municipal de Portalegre na altura, após o que foi a reunião de Câmara e foi aprovado. Mais tarde foi informado pelo jurista da Câmara que o procedimento não podia ser naqueles termos, porque era obrigado a pedir a cessação de funções à Fundação Robinson, e foi quando fez um novo pedido de cessação de funções dirigido à Fundação Robinson, à presidente do conselho de curadores e restantes órgãos, decorre o prazo dos 60 dias, e só decorrido esse prazo faz a renúncia ao mandato. E essa renúncia de mandato só se efetiva decorrido um outro prazo, pelo que efetivamente o seu mandato só terminou no dia 5 de março de 2021, decorridos todos os prazos legais. E depois de fazer todos esses procedimentos ouve que ainda está em funções, tendo pedido duas vezes a cessação de funções e uma vez a renúncia.

No uso da palavra Diogo Serra destacou que a situação de arremesso da Robinson como arma político partidária trouxe-nos até aqui, à situação de hoje e que julga ser a

situação que nenhum dos membros quer, e que ninguém quer. É fundamental que a assembleia perspetive o futuro, mas para isso faz falta uma informação que não consta, que é a composição dos cargos, porque toda a gente está a demitir-se dos seus cargos, incluindo o senhor presidente da assembleia que pelo seu cargo é também o vice-presidente do conselho de curadores. E a senhora presidente mesmo que não seja a presidente do conselho de curadores é a presidente de câmara e estamos a falar de uma instituição que está no perímetro da Câmara Municipal, estamos a falar de uma instituição que se der para o mal vai cair em cima como é obvio da senhora presidente e do seu executivo, e, portanto, valia a pena ter uma maior informação do que a que se tem. Quando o senhor presidente diz o que cada um pensa, o que cada um pensa é que está fechado um museu há imenso tempo porque não tinha luz, as portas estão arrombadas, o arquivo anda ao Deus dará, o arquivo da Robinson não se sabe dele, isso é o que cada um pensa, mas isso não é nada para a discussão que importa. A discussão que se quer é como se vai potenciar o património construído, os imoveis, as memórias, a cultura operária de Portalegre, uma fábrica que esteve centenas de anos a funcionar, e como é que se pode potenciar tudo isso para o desenvolvimento que todos querem da cidade de Portalegre, com ou sem Fundação, porque os sete hectares estão lá, o património está lá, e está lá tudo, e para se potenciar não será certamente com os mesmos métodos que foram usados até aqui, de tentar passar as culpas para o outro, esse não é o caminho e por aí não se vai a lado nenhum.

No uso da palavra a senhora presidente de Câmara começou por clarificar que não chamou mentiroso ao senhor vereador João Cardoso e que fora mal percebida, apenas dissera 'mentira', não tinha o direito de a acusar de algo que não dissera, porque fora dito de facto uma inverdade, em relação aquilo que foi a utilização de um espaço que não foi usado pela presidente de câmara mas sim pela população de Portalegre, e usou quem quis visitar o espaço, e quem deliberou e autorizou não foi a presidente de Câmara mas sim a Câmara, o que é diferente e o senhor vereador sabe isso.
Continuou clarificando uma outra questão, é que também não referiu que o senhor vereador João Cardoso estaria em funções, não referiu o nome nem se referiu à pessoa do senhor vereador João Cardoso.

Nesse momento o senhor presidente de mesa pediu para não se entrar em diálogo. Pediu desculpa pela interrupção e devolveu a palavra à senhora presidente de câmara.

A senhora presidente de câmara continuou frisando que não referiu o nome do senhor vereador João Cardoso, embora fosse difícil de perceber todas essas datas, teve acesso a algumas atas que circulam no sistema da câmara *Mydoc* e que são públicas, e são essas atas a que teve acesso, e onde se verifica que a data da demissão do presidente do conselho diretivo não correspondia com a deliberação de Câmara onde tinha sido aprovada, mas essa questão estaria explicada.
Seguidamente centrou-se nos estatutos dizendo que por mais que não se queira são os estatutos que regem a fundação. Foi dito que a presidente de câmara e a câmara tem a obrigação de participar na vida da fundação, e no trabalho da fundação, e a Câmara quando nomeou os membros para pertencerem tanto ao conselho de curadores como ao concelho diretivo, essas pessoas são os representantes da Câmara, e não a sua pessoa, porque não está em ponto algum dos estatutos a palavra inerência. E voltou a

afirmar que não é verdade que o presidente de câmara é o presidente do conselho de curadores, os estatutos são claros, basta lê-los:
'O presidente do conselho de curadores é o presidente da Câmara Municipal de Portalegre ou pessoa por **esta** indicada, que pode delegar, delegação sempre reversível, total ou parcialmente, em membro do conselho de curadores, os seus poderes', sendo '***esta***' a Câmara e não a presidente, portanto é o presidente da câmara ou quem a Câmara nomeie, e a Câmara nomeou em agosto de 2019.
Após algum barulho na sala a senhora presidente indicou ao presidente da assembleia que está constantemente a ser interrompida e a não ter direito à sua exposição e a terminá-la.

O senhor presidente de mesa pediu ordem na sala, que é um dos deveres da mesa, e devolveu a palavra a senhora presidente.

A senhora presidente de câmara reafirmou que os mandatos da fundação não são coincidentes com os mandatos autárquicos, as eleições autárquicas nada tem a ver com os mandatos da Fundação Robinson, absolutamente nada, os mandatos autárquicos são quatro anos e os mandatos da fundação são cinco, não há inerência nenhuma, imagina que dá jeito, mas não é essa a sua interpretação, e o que dizem os estatutos é que os mandatos não podem ser interrompidos a não ser por entendimento da câmara e por substituições e perguntou quando houve a demissão do presidente do conselho de curadores, não conhece, não foi apresentado. A Câmara tem um advogado, aconselha-se com este, o Dr. Nuno Barroso está presente na sala e não pode falar, mas perguntou ao presidente da Assembleia se há formas de se poder ouvir o Dr. Nuno Barroso. E terminou dizendo que não é dona da razão, mas que está de boa-fé e no seu entendimento há um mandato a decorrer até agosto de 2024.

Ricardo Romão no uso da palavra começou por dizer que ficou por responder uma sua questão, que a senhora presidente explicasse porque é que o conselho diretivo da fundação foi nomeado na altura em que o foi, em agosto de 2019. Seguidamente pediu que lhes fosse facultado o mais rapidamente possível o parecer do jurista que assessoria a câmara relativamente à interpretação que faz. Continuou dizendo que não vale a pena estar a tentar iludir tornando os membros da assembleia mentecaptos...

Nesse momento o senhor presidente de mesa rejeitou o termo e indicou que deveria ser pedido desculpa pela linguagem...

Ricardo Romão após pedir desculpa continuou dizendo que não se pode pretender que a interpretação da frase seja interpretação de português e perguntou quanto à frase *'O presidente do conselho de curadores é o presidente da Câmara Municipal de Portalegre'* qual é o sujeito da frase, a frase continua *'ou pessoa por esta indicada'*, em que '**esta**' se refere ao sujeito, portanto qual é o sujeito da frase. E perguntou à senhora presidente de câmara que se considera que não é a presidente do conselho de curadores quem foi a pessoa por si indicada no início do mandato.

Sara Sardinha em **defesa da honra**:

Pediu desculpa e frisou que não pretendia atrapalhar os trabalhos, mas não podia deixar que fosse dito que afirmara algo que não afirmara. Não dissera que o senhor vereador João Nuno Cardoso era presidente do conselho diretivo, quando na sua intervenção, começara por dizer que iria ler o relatório do tribunal de contas. Portanto o senhor vereador não pode colocar palavras na sua pessoa, palavras que não dissera.

Seguidamente e com autorização da senhora presidente de câmara o senhor presidente de mesa deu a palavra ao vereador do executivo Luís Testa.

O vereador do executivo Luís Testa agradeceu e disse que quando se discutem assuntos dessa natureza e se baseiam em fundamentos da letra dos estatutos convém ver a letra de facto que está publicada no órgão que vincula a todos e que é o diário da república onde consta:

"ARTIGO 7º

...

2- O presidente do conselho de curadores é o presidente da Câmara Municipal de Portalegre ou pessoa por **este** indicado..."

Admite que a letra discutida na assembleia pudesse induzir em erro relativamente ao sujeito da frase, se o sujeito era o presidente ou a Câmara, mas na publicação do diário da república é o presidente de câmara que indica, nos termos de entre vírgulas, quem o pode suceder, ou seja é o presidente que pode indicar o seu substituto nos órgãos.

Mas mais curioso do que isso diz no número três:

"3 – O conselho de curadores terá cinco vice-presidentes, sendo um indicado pela Camara Municipal de Portalegre, outro pela Sociedade Corticeira Robinson Bros, S.A., o terceiro vice-presidente é o senhor presidente da Assembleia Municipal de Portalegre,..."

É de facto aquele que ocupa o lugar, aquele que está em funções, em trânsito, ou seja não é o anterior nem o sucessor, é aquele que ocupa o lugar, e portanto relativamente à sua questão pessoal e à sua obrigação perante os órgãos sociais da fundação Robinson, não restam qualquer tipo de dúvidas, como também não restam dúvidas quanto ao presidente do conselho de curadores que é o presidente de câmara municipal, que se encontra em funções, ou quem este indicar nos termos dos estatutos publicados no diário da república.

Raul Cordeiro insistiu que se voltasse ao essencial da assembleia municipal, porque para dirimir todas as interpretações expostas teriam que pedir uma nova assembleia Municipal extraordinária para 2024, quando os órgãos estivessem todos reconstituídos, para se discutir a situação da fundação Robinson, porque o que parece no momento é que não há ninguém habilitado para discutir a situação da fundação. O município parece não ter conhecimento e informação suficiente dos assuntos internos da fundação Robinson, seja porque não há órgãos sociais constituídos, seja porque a Câmara

Municipal desde que tomou posse não teve a iniciativa de chamar os órgãos sociais que na sua interpretação se encontram legitimamente em funções, teria sido dever da Câmara Municipal ter auscultado esses órgãos da Fundação Robinson, se considera que estão nomeados deveria tê-los chamado, para se perceber a situação e para prestarem contas à Câmara Municipal. Não sabe se se recordam que todos os anos quando se aprovam as contas do município, no perímetro orçamental está lá a fundação Robinson, e todos os anos se discute porque é que não está lá claramente o impacto financeiro da fundação nas contas da câmara, e todos os anos se discute que o parecer do ROC vem com reservas, está-se a falar de coisas muito sérias, que no limite tem implicação para quem está nos executivos e tem implicações para a assembleia Municipal que também tem responsabilidades. Ou de uma vez por todas há uma discussão correta e se procura uma solução, ou se continua a dirimir se estão em funções ou se não estão em funções...a verdade é que é responsabilidade da Câmara Municipal informar-se e ter informação atualizada sobre o que é que passa na Fundação Robinson. Voltou à primeira pergunta qual é nível de informação que a Câmara Municipal de Portalegre tem sobre a real situação da fundação Robinson, respondam e digam aos portalegrenses ou então digam com clareza que não dispõem de elementos suficientes para informar a população de Portalegre, e há-de encontrar-se uma solução para isso. Não se pode é andar a arremessar pedras uns aos outros, e culpas uns aos outros, porque não faz sentido. Está-se a falar de um património que os portalegrenses não conhecem nem o valor do ativo nem o valor do passivo, qual é a divida da Fundação Robinson, são participantes numa fundação e não se sabe qual é a divida que essa fundação tem, e não se quer saber qual é a divida que essa fundação tem, há o dever de saber e de querer saber, assim como é dever saber quais são os ativos, qual é o valor patrimonial da fundação. Quem está em casa a ouvir estaria a pensar que se levou uma hora a discutir se um está nomeado ou se outro está nomeado, se se lê a lei de uma forma ou de outra, ou quem é o sujeito ou quem é o adjetivo, importa ser claro e concreto – qual é o nível de informação que o município tem dos assuntos da Fundação Robinson, tem acesso à documentação ou não, onde está depositada a documentação da Fundação Robinson, qual é o valor do passivo e do ativo da fundação, quais são os encargos atuais que o município tem com a fundação, quem é que está a pagar esses encargos, ou então não se pagam e uma divida que é de um milhão, a título de exemplo, e qualquer dia será quatro ou cinco milhões, e quem vier atrás que resolva. Ou há coragem ou não se sai da discussão em curso. Só é possível dar contributos para a solução se se souber qual é a doença, qual é o diagnóstico.

A senhora presidente de câmara tomou a palavra e referindo-se à pergunta do membro Ricardo Romão sobre quem indicara para presidente do conselho de curadores, voltou a afirmar que não tem de indicar porque o mandato está a decorrer até 2024. Relativamente à intervenção do membro Raul Cordeiro disse que em grande parte está de acordo, que não queria falar do passado, e talvez tenha sido a única que não falou do passado, e quando lhe é perguntado qual é a situação real da fundação, qual é o montante da divida, considera que é razoável, correto e compreensível, e admissível que seja o último conselho diretivo a responder por isso. Foi dito que a presidente da

câmara podia ter convocado os membros da fundação para uma reunião, isso é verdade, mas também é verdade que quem estava em funções tinha obrigação perante o novo presidente de câmara de vir apresentar a situação da fundação, julga que é assim em todo o lado, quando se toma posse vem a anterior administração entregar e fazer um ponto de situação. Quanto à pergunta onde está a documentação da fundação, indica que não foi entregue e não a tem, e quem terá que responder por isso são os órgãos da fundação, porque não passaram a pasta, não se disse onde estão as coisas e não se fez entrega nenhuma oficialmente, vira-se costas e não se quer saber, há uma divida considerável e um não apresentar de contas, e recordou que as ultimas contas apresentada são de 2018 e que só chegou à Câmara no final de 2021. Se a falha é do executivo atual então porque não se apresentaram as contas dos anos anteriores. Terminou dizendo que deixa o compromisso perante a assembleia e os portalegrenses de que quer muito resolver o problema da Fundação Robinson, já o disse em reunião de câmara e em sede de assembleia, e na sua opinião a Fundação Robinson é para extinguir, mas para isso tem de haver um consenso político, e já devia ter sido extinta há muito tempo, porque está na lei: 'que as fundações públicas devem ser extintas quando a autarquia local participante tiver que cumprir obrigações assumidas pelos órgãos da fundação para as quais o património da fundação se revele insuficiente'. E perguntou há quantos anos o património da fundação ou o rendimento da fundação se revelam insuficientes, quem é que manteve a fundação nos últimos anos em que foi lá colocado dinheiro, aos olhos dessa regra e da lei a fundação já deveria ter sido extinta há muito tempo. Deixou o seu compromisso de que a sua vontade é extinguir a Fundação Robinson e trabalhar em conjunto com todos para recuperar o património e para lhe dar vida, todos estão de acordo e ninguém gosta de ver o espaço, que tem grande memória para os portalegrenses, uma zona nobre da cidade, e que está num abandono tremendo, e num estado de degradação muito avançado, e que não é de 2021, convenha-se é de há muitos anos, e era importante que todos conseguissem chegar a um acordo, de uma vez por todas, para se caminhar para a extinção da fundação, e deixou o compromisso de que tudo fará para que tal aconteça.

Ricardo Romão começou por dizer que considerava extraordinário, visto que a senhora presidente começara por dizer que não pretendia olhar para o passado, e que não pretendia atirar culpas, e o resto da sua intervenção foi atirar culpas para toda a gente, é fantástico. E disse que a assembleia até ao momento serviu para atirar cortinas de fumo sobre a fundação, as chaminés já não funcionam, mas o que houve foi o atirar de cortinas de fumo para cima da fundação, pelo órgão que deve ser o mais responsável pelo futuro da mesma, portanto é um paradoxo. E continuou dizendo para proteção da senhora presidente que a responsabilidade não existe apenas pela execução existe também pela omissão, e é disso que tem estado a falar, e não foi o primeiro, e no momento o que é óbvio, e visto que a senhora presidente não respondeu por duas vezes à pergunta do Partido Socialista, se a câmara conhece ou não a situação atual da fundação, e perante isso interpretam que a câmara desconhece na totalidade seja o que for da fundação, essa é a única conclusão. Depois falou sobre outra pergunta que não foi respondida, qual é a deliberação da câmara que fala sobre o uso do espaço da

fundação porque desconhece. Seguidamente leu uma passagem da ata numero 40 da Câmara, de 6 de outubro de 2021, na cessação do mandato anterior, a anterior presidente de Câmara Municipal de Portalegre indicara, e está na ata, o que estava em curso em relação ao espaço Robinson, e que foi apresentado na reunião de Câmara de 10 de junho de 2019, e na assembleia em 15 de julho de 2019, e que consistia num plano futuro e numa estratégia para a fundação, e que se recorde, foi a última vez que houve alguém que trouxe uma proposta concreta de futuro para a fundação. E na reunião de 6 de outubro de 2021 disse a senhora presidente da câmara 'da altura' que: "existiam contatos feitos com o ministério da defesa e com o Turismo de Portugal para incluírem o convento de S. Francisco e parte do espaço Robinson no programa REVIVE, já existe um estudo da DGPC, surgiram alguns interessados mas o processo não pode avançar enquanto o imóvel não for integrado no município, a linha que estava a ser seguida passava pela extinção da Fundação Robinson após conclusão do processo de insolvência da sociedade corticeira Robinson Bros S.A., o que se espera que possa acontecer a qualquer momento, e existe um plano estratégico pormenorizado de intervenção do espaço Robinson apresentado pela CLIP na Câmara e na Assembleia Municipal", e o que a senhora presidente fez desde o dia 6 de outubro de 2021 foi fazer tabua rasa de tudo isso, e nunca mais pegou no assunto como seria da sua responsabilidade, e chegam ao dia atual, dois anos passados, exatamente na mesma, com a câmara a assumir que desconhece na totalidade a situação atual da fundação, portanto quando a senhora presidente diz que na sua opção a fundação deve ser extinta a isso chamam-se demagogia, porque tudo isso já foi falado na assembleia dezenas de vezes, e tudo o que se diga em redor para criar cortinas de fumo é desnecessário e não vai resolver o problema essencial, há que pegar no assunto e ter a coragem de o resolver, com a ajuda de todos, que já disseram que estão disponíveis, e avançar, em vez de estar parados há dois anos.

Albano Silva referiu que não concordava totalmente com Ricardo Romão, porque considerou que a senhora presidente da câmara deixou uma frase que de alguma forma dá uma primeira ideia para o futuro da fundação, e que é pela sua extinção, e portanto há que agarrar nesse princípio que foi meditado, que foi pensado, que foi refletido, e reforçou à senhora presidente de câmara, que se a posição da Câmara era pela extinção, então teriam de se executar os passos necessários para o fazer, e pegando no artigo 21.º dos estatutos verifica-se como se estingue a fundação. E a fundação extingue-se por 'deliberação do seu conselho diretivo, apos parecer favorável do conselho de curadores aprovado por uma maioria de três quartos dos votos expressos', depois da audição da sociedade corticeira Robinson e após autorização da Assembleia Municipal de Portalegre. Ora, assim sendo, precisam de ter órgãos a trabalhar para se ir no sentido da extinção da fundação, e sendo assim, a senhora presidente da câmara ao dizer isso, também está a dizer que está disponível para assumir a posição de presidente do conselho de curadores, e nomear um conselho diretivo, e desenvolver todo o trabalho no sentido da sua proposta de extinção, e se conseguirmos chegar a esta conclusão, já é qualquer coisa. Portanto assuma que provavelmente se enganou na interpretação sobre a permanência da anterior direção da fundação Robinson, e

assumindo funções ou nomeando alguém, que se agarre com unhas e dentes ao assunto, nomeando todos os órgãos, que são necessários para a extinção da fundação.

Sara Sardinha no uso da palavra disse e referindo-se às linhas orientadoras de que Ricardo Romão falara, e de acordo com o que Ricardo Romão dissera, que pelo que se saiba a insolvência da Corticeira ainda não aconteceu, portanto se há dois anos não tinha acontecido, agora também ainda não aconteceu, e nada se pode fazer em relação a isso. Seguidamente perguntou o que é que aconteceu à candidatura que estava aprovada das Chaminés, porque é que não foi para a frente. Disse ainda que a aquisição dos edifícios necessária para o REVIVE também não aconteceu, porque não foi possível fazer essa aquisição.

Ricardo Romão e referindo-se à intervenção de Sara Sardinha questionou se as perguntas eram para ele ou para a Câmara, e supondo que fossem para a Câmara deixou as questões para a senhora presidente responder. Seguidamente e na linha da intervenção de Albano Silva, apresentou uma proposta à mesa, para que se consiga dar passos, porque sem se darem os passos a extinção da fundação nunca acontecerá. E pediu para a ler. Nesse momento entregou à mesa o seguinte requerimento:

"Portalegre, 13 de outubro de 2023

Assunto: Nomeação dos Órgãos Sociais da Fundação Robinson

Exmo Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Portalegre,

Registamos que o atual executivo da Câmara Municipal de Portalegre está em funções há 24 meses. Durante todo este período o assunto "Fundação Robinson" foi sistematicamente ignorado e negligenciado.

Aproveitando o facto de decorrer hoje uma sessão extraordinária de Assembleia Municipal cujo ponto único é a discussão do futuro da Fundação Robinson vimos, por este meio, e como munícipes eleitos, requerer ao executivo municipal:

a) A apresentação, na próxima reunião de Câmara Municipal, de proposta de nomeação dos órgãos da Fundação Robinson, de acordo com os seus Estatutos, nomeadamente:

1. Conselho de Curadores – cujo presidente é o presidente da Câmara Municipal de Portalegre, ou pessoa por este indicado e um dos vice-presidentes é o presidente da Assembleia Municipal de Portalegre (n.º 3 do art.º 7)

2. Conselho Diretivo – em que o presidente e dois dos seus membros são designados pela Câmara Municipal de Portalegre

3. Fiscal Único – nomeado por deliberação da Câmara Municipal de Portalegre

b) Solicitar a votação desta proposta pela Assembleia Municipal hoje aqui reunida.

O incumprimento desta proposta, depois de deliberada pela Assembleia Municipal, constituirá omissão nas funções do Executivo em funções, já a meio do seu atual mandato, assumindo totalmente as consequências que daí decorram.

Com os melhores cumprimentos, em representação do Grupo Municipal da CLIP.".

Nesse momento o senhor presidente de mesa indicou que nos termos do Regimento da Assembleia as propostas são apresentadas no início da reunião e não a meio da reunião, devendo ser entregues à mesa e aos representantes dos grupos municipais no início da reunião.

Nesse momento Albano Silva frisou que é uma Assembleia Municipal para discutir um ponto único.

Nesse momento Raul Cordeiro referiu que a proposta da CLIP tem legitimidade e merece ser discutida, mas questionou se tratar a proposta nesse momento não esgotaria a Assembleia Municipal.

O senhor presidente de mesa esclareceu que a assembleia não ficaria esgotada, haveria intervenções posteriores, mas que o membro Ricardo Romão pedira para ler a proposta e perguntou ao plenário se concordavam com a metodologia, e não havendo oposição, deu a palavra a Ricardo Romão.

O membro Ricardo Romão leu a proposta transcrita acima.

Diogo Serra no uso da palavra disse que a proposta vinha dar consistência ao que tinha sido dito pela senhora presidente de câmara, já há uma ideia pelo menos do que não se quer, não se quer a Fundação Robinson, e acrescentou que a CDU sempre entendeu a Fundação como um instrumento necessário para a executar a política que o município tinha para aquele espaço, e justificava-se na altura. No momento as únicas entidades que fazem parte da Fundação são a Câmara Municipal e a Massa falida da Robinson e já não há necessidade desse instrumento, da Fundação. Portanto no entender da CDU se esse é o caminho apoiam, mas o problema não é haver ou não fundação, mas o depois, o que vai acontecer ao património e ao espaço Robinson. Tem que existir uma política clara do município para esse espaço e tem que ser em paralelo. Estão de acordo com os passos para extinção da fundação, não pode ser extinta sem ter os órgãos a funcionar, mas chamou a atenção que para alem disso é necessário garantir a política municipal para aquele espaço, não só físico, mas toda a envolvente, e nomeadamente a cultura operária da cidade de Portalegre, que não é só uma memória, é um ativo que deve ser aproveitado.

A senhora presidente de câmara no uso da palavra indicou que houve muitas intervenções e que gostaria que lhe fosse permitido responder com menos intervenções acumuladas. Seguidamente e referindo-se à intervenção de Ricardo Romão sobre a ata da última reunião de câmara do mandato anterior, e da estratégia elencada na última semana enquanto presidente de Câmara, não comenta, porque não é quando se está de saída que se apontam estratégias. Depois afirmou que a sociedade corticeira ainda

não está extinta e que não conhece a situação da Fundação porque não faz parte dos órgãos sociais da Fundação, era interessante que quem conhece em pormenor dissesse qual é a situação da Fundação Robinson. Por acaso até tem alguma informação, e é importante as pessoas saberem, porque em todas as intervenções vai-se dizendo que quem está há dois anos já devia ter resolvido, o que não se resolveu há tantos anos de uma fundação moribunda há vários anos, pelo que, deve dizer que segundo a auditoria do Tribunal de Contas, que é do conhecimento de todos, a Fundação tinha uma divida de 655 000€ (seiscentos e cinquenta e cinco mil euros), uma conta caucionada e contratada e que não foi paga, seria interessante saber-se como é que o dinheiro foi gasto. Poder-se-ia ter mais informação se tivessem sido apresentadas as contas, as últimas são as de 2018, e é importante ter-se presente, que segundo o relatório de contas da fundação, o último conhecido, a Fundação teve um resultado líquido negativo de 280 408€ (duzentos e oitenta mil quatrocentos e oito euros), isto em 2018. É o que é, há uma divida à CGD e ao Barclays, e não é legal o município pagar dividas de fundações, todos sabem isso, e enquanto presidente de Câmara não o fará, é ilegal, o regime das autarquias locais não o permite. É importante ter-se presente que há a divida, e que os credores não abdicarão dela. Continuou a afirmar que não se enganou e não é presidente do conselho de curadores, e que o anterior mandato está a decorrer. Acrescentou que a necessidade de resolver o problema da fundação é urgente, porque a fundação está a causar mossa financeira, naquilo que é a prestação de contas da Câmara, e os incumprimentos podem recair sobre quem tem o dever de apresentar contas, e para si quem tem o dever de apresentar é quem está nos órgãos, convenha-se, o conselho diretivo é quem tem de apresentar as contas. Quer mesmo deitar mãos ao assunto, porque o mandato anterior terminará dentro de pouco tempo, e porque o município não pode continuar numa situação insustentável de incumprimento, está à procura de resolver o assunto, e não pretende fazer acusações, mas o assunto fundação poderia ter sido resolvido há muitos anos, porque a fundação já há muitos anos que não executa o objetivo para o qual foi criada, todos concordam com isso, e é exigido ao executivo que chegou há dois anos e dito que já está atrasado na resolução do problema, enquanto a extinção da fundação já vai com dez anos de atraso. Portanto isto é o que é, a Fundação Robinson ao longo dos anos sempre serviu para fazer política, e se calhar infelizmente continuará a servir para tal, não é esse o seu objetivo e deixou o seu empenhamento em extinguir a fundação Robinson, mas dentro daquilo que é a legalidade, não lhe peçam para colocar dinheiro dentro da Fundação que não o fará, já foi feito na Câmara, mas no seu caso não o fará, porque considera que é ilegal.

O senhor presidente de mesa resumiu que a proposta da CLIP estaria relacionada com os órgãos sociais da Fundação Robinson e que já tinha sido debatido o assunto à luz de várias interpretações sobre quem é que legitimamente integra ou não os órgãos da Fundação Robinson. Fora lido o Diário da República, foram feitas interpretações dos vários grupos municipais, e a senhora presidente de câmara informara que a sua interpretação é corroborada pelo advogado da Câmara Municipal. E perguntou se não faria sentido ouvir o advogado da Câmara, interrompendo-se os trabalhos da assembleia, à semelhança de outras sessões anteriores, em que foram ouvidas pessoas

externas à Assembleia, uma vez que o mesmo está presente na sala, para esclarecimentos de dúvidas, e procedimentos até inclusive plasmados na proposta da CLIP sobre quem legitimamente representa os órgãos da Fundação Robinson.

Raul Cordeiro chamou a atenção que esse mecanismo poderia levar a terminar a Assembleia Municipal, porque se coloca a assembleia municipal em ponto morto. O essencial da discussão não foi feito e se o objetivo é não haver discussão que seja claramente dito. Continuou dizendo que o órgão Assembleia Municipal é um órgão soberano, toma as suas deliberações com total liberdade de as tomar, e não viu necessidade nenhuma de interromper a assembleia municipal para ouvir ler os estatutos da Fundação que estão no Diário da República, que outra interpretação se poderá ter, e não é o momento para fazer isso. O momento para fazer isso será quando o órgão executivo tiver que decidir sobre uma deliberação da assembleia municipal, esse será o momento certo para fazer isso, e não no dia da sessão em curso. Reforçou que o órgão assembleia municipal é soberano para deliberar o que bem entender respeitando a maioria da decisão dos seus membros, e propôs ao senhor presidente da assembleia municipal que coloque à votação dos membros presentes a aceitação de votarem a proposta da CLIP. Interromper a assembleia municipal, para que alguém faça uma interpretação jurídica sobre o que está escrito no diário da república, 'perdão'.

O senhor presidente de mesa acrescentou que não tinha vontade de condicionar, nunca teve essa intenção, a sua vontade foi, conforme definido como ponto único, debater a situação da Fundação Robinson, mas no decorrer da assembleia foram apresentadas várias interpretações, e não existe um consenso generalizado na interpretação dos estatutos, havendo dúvidas relativamente a isso, e estando presente o advogado da câmara que se debruçou sobre a temática, ouvir a sua opinião não condiciona mas pode esclarecer e ajudar a fundamentar as decisões, ouvir quem estudou e interpretou pode ajudar, e já há mais de uma hora se debatem interpretações diversas. Se enquanto membro da assembleia puder ser esclarecido e não condicionado, porque cada um é livre de pensar, ninguém seria obrigado a pensar de uma forma ou de outra, ouvir a palavra não condiciona ninguém, não se sente condicionado quando algum membro da assembleia faz uso da palavra, é-se livre para pensar, para interpretar e para decidir, tal como o mandato dos eleitores confere aos eleitos. No seu entender seria esclarecedor e seria importante para a assembleia em curso ouvir-se o advogado da Câmara. Se o grupo do partido socialista tem uma interpretação diferente também é legítimo.

Sara Sardinha no uso da palavra disse que por acaso achava que era uma questão de interpretação, e por isso é que quando há processos em tribunal, na primeira instância ganha um, na segunda instância ganha outro e no supremo ganha outro, porque a interpretação da lei é diferente. Em relação à proposta aceitou votar a sua entrada se os grupos assim o entenderem, embora no seu entender não faça muito sentido. Reforçou que é uma questão de interpretação e afirmou que o grupo municipal do PSD-CDS gostaria de ouvir o advogado da Câmara e as explicações sobre os estatutos.

Albano Silva questionou quais são os artigos dos estatutos que o senhor presidente da assembleia municipal tem dúvidas de interpretação.

O senhor presidente indicou que não tinha os estatutos na sua posse, e acrescentou que o que estaria em causa não era a interpretação do senhor presidente da assembleia municipal, mas sim que se pudesse ter um testemunho esclarecedor dos estatutos, e segundo a sua análise, que julga ser comum a todos os presentes na sala, há duvidas na interpretação dos estatutos, reiterou que não se tratava das dúvidas do senhor presidente da assembleia municipal, mas sim das duvidas dos membros da assembleia relativamente aos estatutos.

Nesse momento Albano Silva disse que estaria a brincar consigo.

O senhor presidente de mesa disse que não é permitido utilizar certas expressões, o respeito na sala era fundamental.

Nesse momento Albano Silva disse: "- Estás a ser um ditador"

O senhor presidente de mesa disse que não e que estava a fazer uma proposta.

Albano Silva disse que não estaria a gerir democraticamente a assembleia. E que estaria a interpretar o que fora dito por si de forma incorreta:

"- Tu disseste que há dúvidas e eu pergunto que dúvidas há, em que artigos"

O senhor presidente de mesa tornou a dizer que as dúvidas não eram dele mas da assembleia.

Albano Silva disse: "- Tu estás a assumir as dores tens de dizer quais são as dores"

O senhor presidente de mesa pediu que se utilizasse um determinado tipo de linguagem que fosse característico de uma assembleia municipal e não de outros fóruns.

Ricardo Romão no uso da palavra disse que a intervenção do membro Raul Cordeiro vai ao encontro da opinião do grupo municipal da CLIP, porque a assembleia é um órgão político fiscalizador da Câmara Municipal e do seu entorno. Não se pode transformar a assembleia numa instituição jurídica, entrar nesse tipo de discussão remete para outro tipo de atuação, e o senhor presidente da assembleia não está a ter a melhor opção. Já houve sessões em que foram ouvidas pessoas externas, é verdade, mas foi tudo isso previsto, e por exemplo o grupo municipal da CLIP ou do PS podem ter a legitimidade democrática de pedir para outras pessoas serem também ouvidas e darem pareceres jurídicos que podem ir em outro sentido. Portanto não se pode decidir ad hoc a auscultação do jurista da câmara porque eventualmente seja conveniente. E afirmou o contrário do que o senhor presidente dissera, que não tinha qualquer dúvida sobre a interpretação dos estatutos, e se o senhor presidente tinha essa dúvida responda quais os artigos em que tem dúvidas. Pode-se marcar uma nova assembleia e solicitar que sejam ouvidas as opiniões de vários juristas, e cada um dos grupos municipais poderá sugerir pessoas para serem ouvidas.

Raul Cordeiro tomou a palavra e frisou que estava quase sem saber como reagir. Em primeiro lugar pediu ao Ricardo Romão para não dizer que concorda muito com o grupo do PS, porque podem vir a dizer que têm uma coligação negativa ou algo do género. Seguidamente deu as boas-vindas ao Diogo Júlio Serra ao debate em questão, porque em determinada altura a assembleia passou pela discussão do '**museu sim, hotel não'** e se fosse hoje, se calhar já seria ***museu sim hotel sim*** e registam essa evolução, bem-vindo à causa e se calhar podia-se ter evitado muito da discussão presente. Voltando ao tema disse que nunca foi presidente da assembleia municipal, nem espera vir a ser, porque há pessoas com mais preparação para isso, mas tem muita experiência de estar na assembleia e já gastou muitas energias com muitos presidentes de assembleia, alguns deles do próprio partido, e tem o máximo respeito pelo cargo de presidente da assembleia municipal, no entanto lembrou que todos os poderes que o presidente da assembleia municipal tem podem ser avocados para o plenário da assembleia municipal. Portanto a decisão sobre qualquer coisa da assembleia municipal é no limite não do presidente, mas do próprio plenário. O que esperam que aconteça é que o presidente da assembleia municipal não tenha necessidade de recorrer a nenhum tipo de expediente, para que a assembleia municipal esteja de acordo em relação a determinado ponto, porque o presidente é um gerador de consensos e não um gestor de conflitos. Pelo que se o senhor presidente considera interromper a assembleia para ouvir uma pessoa de fora, ponha à consideração da assembleia municipal esse assunto, se o órgão assim o entender isso será feito, se votar desfavoravelmente isso não será feito. Assim como a proposta, que não fazia parte da ordem de trabalhos, mas em qualquer momento surgem propostas e o senhor presidente tem o dever de colocar as propostas a votação, portanto está a colocar as questões no limite. Voltou a dizer o que já dissera não consideram que haja necessidade de alguém que venha ler alguma coisa que está escrita no Diário da Republica, todos os membros ao virem para a assembleia tem o dever de vir com os assuntos estudados, não vem com dúvidas nenhumas sobre a virgula ou sobre a interpretação, esta é clara, e a assembleia municipal é soberana para decidir o que bem entender, ainda que seja contra a lei, é uma questão que deve estar clara, pode ser apresentada uma proposta que à luz da lei é ilegal, mas se todos votarem e aprovarem a proposta, será aprovada pelo órgão assembleia municipal e a responsabilidade é solidária. O que é verdade é que o que os trouxera ali, com todos os expedientes está-se a fazer ponto morto sobre a assembleia municipal, com tantas considerações estão-se a desviar do que é essencial. Vão sair todos da reunião e quem está lá em casa vai ficar com a perceção de que foram receber uma senha de presença à volta de 70 euros e levaram duas horas e meia a 'serrar presunto', e não tem nenhuma resposta para dar no dia seguinte aos concidadãos.

O senhor presidente de mesa corroborou a primeira parte da intervenção de Raul Cordeiro, quando fez a proposta para se ouvir o advogado da câmara foi no sentido de a apresentar à assembleia municipal propondo ouvir os grupos municipais sobre isso, não foi de maneira nenhuma uma imposição, o mesmo com a proposta do grupo municipal da CLIP, propôs ouvir os grupos municipais para a sua aceitação, e quando se fala na gastronomia espanhola de 'serrar presunto' está-se a dizer que a questão dos

órgãos sociais é de somenos importância, e pelos vistos não é de somenos importância, tanto que há uma proposta que deu entrada na mesa para definição dos órgãos sociais da Fundação Robinson. Alocou na pessoa do presidente da assembleia municipal que há um expediente para não se discutir a Fundação Robinson, e relembrou que a Moção fora subscrita por todos os grupos municipais, e que não tem nenhum interesse pessoal em que o assunto não seja discutido, não há nenhum dos presentes na assembleia que queira que o assunto não seja discutido, que a situação da Fundação Robinson não seja clarificada, que não sejam tomadas as melhores decisões relativamente à fundação e que permitam resolver um assunto que se arrasta há anos, que tão bem foi clarificado pelo membro Albano Silva e pelo membro Diogo Júlio Serra. É isso que os traz ali e não deve ser interpretada a sua atuação enquanto presidente do órgão como um expediente para ocultar ou para pôr cortinas de fumo na situação da fundação Robinson. Depreendeu que os grupos municipais do PS, da CLIP e da CDU não consideram importante e pertinente ouvir o advogado da câmara, pelo que retira a proposta e não vale a pena fazer a votação de algo que não será apoiado pelo órgão assembleia.

Adriano Bailadeira no uso da palavra cumprimentou a todos e também o público em casa, que deve estar a pensar o que é que estão ali a fazer ao final de duas horas e meia, disse que até achava mal ter-se retirado a proposta e que devia ser votada de facto, porque mostrar alguma intenção não quer dizer que não se votasse. Continuou dizendo que se estão a afastar do assunto, o que é certo é que ao final de duas horas e meia ainda não chegaram aonde deviam chegar. Ou seja, a situação que não sabiam, mas sabem um bocadinho e estão há duas horas e meia nisso. Subscreveu que não tem dúvidas sobre o que está nos estatutos, é claro como água, a questão da inerência, e mesmo sem inerência os mandatos estariam agora a chegar ao sexto ano de existência, porque entrarem novas pessoas não é haver novos corpos sociais, dai a pertinência da proposta feita, porque mesmo sem inerência, há um ano que já se devia ter chamado os corpos sociais. Disse que ninguém pediu à senhora presidente para extinguir a fundação em dois anos, porque legalmente não o podia fazer ainda, o que é pedido é que nesses dois anos tivessem sido dados passos para montar uma estratégia, ou pegar na estratégia que já tinha sido feita, porque na última reunião do anterior mandato não se lançou uma estratégia, esta já tinha sido apresentada, o que foi feito foi resumido um ponto de situação de vários casos, e de forma resumida explicou-se que a situação estava naquele ponto, não foi uma coisa que apareceu na ultima reunião, já tinha sido discutido. Aliás e os colegas mais antigos devem-se recordar que a extinção da fundação é discutida desde 2015, tal como disse o Albano Silva, é uma competência que está no conselho diretivo, pelo que tem de provir dai, pelo que é pertinente e fundamental que na próxima reunião de Câmara possa haver uma nomeação dos corpos sociais, sob pena da sociedade corticeira ter a sua insolvência e nós continuarmos sem ter o problema da fundação resolvido. E para aliviar um pouco a sessão, o Ricardo Romão não concordou só com o grupo municipal do PS, também concordara há pouco com o grupo municipal do PSD-CDS, portanto a coisa está homogénea.

Diogo Júlio Serra referiu que se partiu do princípio de que não estaria de acordo com a audição do advogado da câmara e de facto assim é, interpretou bem, mas recordou que fora solicitado por Ricardo Romão no início que fosse facultado a todos os membros da assembleia o parecer jurídico do advogado da câmara, que sustenta a posição da senhora presidente de câmara e reforça esse pedido porque esse parecer deve ser entregue aos membros da assembleia.

Sara Sardinha evidenciou que está presente o advogado da câmara na sala, não há interesse em ouvir o mesmo, mas há interesse em ler o seu parecer jurídico sobre o assunto. Não consegue entender a questão.

Diogo Serra esclareceu que é uma questão de respeito pela assembleia.

Raul Cordeiro indicou que trouxera sete perguntas e ainda só fizera três, pelas respostas percebera que a câmara não tem o nível de informação que deveria ter, seja pela questão de desencontro entre conselhos diretivos e de curadores em funções, seja porque a documentação não existe ou não foi entregue, era importante esclarecer essa questão porque o nível de informação não é aquele que o município deveria ter, que isso fique claro, até para quem está a ouvir lá em casa. E se fosse presidente de Câmara gostaria de ter mais informação sobre a situação da Fundação Robinson, e a assembleia municipal tem o direito a ter toda a informação que o município tenha sobre a Fundação Robinson. O valor do passivo e do ativo reportam-se a 2018 e não se sabe qual é o valor atual de hoje, o valor real à data de 13 de outubro de 2023, nem se sabe quais os encargos atuais do município com a Fundação Robinson, e existindo encargos da Fundação Robinson, quem os está a assumir, e que impacto tem isso no aumento do passivo da mesma. Uma quinta pergunta, qual é neste momento para o município o nível de prioridade da resolução da situação da Fundação Robinson, se a senhora presidente tivesse que elencar uma escala de prioridades qual seria o grau de prioridade em que colocaria a Fundação Robinson, para se perceber qual o nível de prioridade que dão ao assunto. Sexta pergunta, pensando que é possível extinguir a fundação, terá que ser pensado qual é a viabilidade daquele espaço, se existe algum estudo, alguma ideia do executivo para o futuro daquele espaço, falou numa iniciativa da CDU, aprovada na Assembleia Municipal sobre um plano futuro da Fundação Robinson em que todos participaram ativamente na discussão. Que plano de viabilidade tem o município para o espaço Robinson, mantem-se o **museu sim hotel sim**, **espaço de lazer sim**, **integração com a cidade sim**, o que está pensado para aquele espaço. Porque se vão ficar com o espaço tem que se pensar qualquer coisa para o mesmo. Neste momento o espaço não é do município, não se tem responsabilidade sobre ele, quem tem responsabilidade sobre ele é o putativo conselho diretivo em funções ou não, portanto que plano de viabilidade tem o município para o espaço Robinson. Sétima e última pergunta pretende o município assumir a responsabilidade de presidir um futuro conselho diretivo da fundação Robinson.

A senhora presidente no uso da palavra indicou que algumas das questões já haviam sido referidas e que seria repetir o mesmo. Voltou um pouco atrás à afirmação de que

tinha sido apresentado o ponto de situação da fundação na estratégia enumerada para a mesma, e disse que estranhava que em momento algum foi referido qual era o valor da dívida, ou isso não tem importância. Não era importante referir a dívida, seria uma coisa sem importância nenhuma, não se refere, não se diz, enfim era 'conversa'. Seguidamente afirmou que apesar de não ter criado o problema fundação, assumira funções há pouco tempo, mas de qualquer maneira está empenhada em resolver o problema, mas voltou a dizer que o município não pode pagar as dívidas de fundações, ninguém quer falar da dívida, nem do exercício negativo de 2018 de 280 mil euros, não interessa, nem importa saber onde se gastou, isso é um pormenor, não tem importância que não tenham sido apresentadas contas, enfim, mas a dívida importa e importa muito, porque é impossível extinguir a fundação sem resolver o problema da dívida. Considera que não é impossível extinguir a fundação, mas vai ter de haver uma solução muito trabalhada, por causa da dívida e que se sabe que não foi criada assim há tantos anos, se não está em erro, o contrato de financiamento da divida à banca foi assinado em 2011 e encontra-se por pagar. Quanto ao espaço o que pensa fazer pelo espaço, pode ter uma ideia, mas o espaço terá o destino que a maioria da Câmara decidir. Quanto ao plano de viabilidade para o espaço Robinson, alguém acredita que ao dia atual estaria munida de um plano de viabilidade económica para o espaço Robinson. Primeiro tem de ser extinta a fundação e depois se verá a viabilidade do espaço, algo de cada vez. Pretende-se recuperar o espaço é óbvio, agora fez notar que quando na discussão se aligeira o problema, e se diz extingue-se, parece que é algo muito fácil, e vamos mas é discutir a recuperação e o espaço, dá a ideia que é tudo muito fácil e não é. Não é fácil extinguir a fundação, não é fácil arranjar verbas para recuperar aquele espaço que é muito grande com muitos imóveis, com um espólio muito rico, e as ditas estratégias que são tão referidas demoram muito a implementar-se, não estejam à espera que a atual presidente da câmara consiga constituir o conselho diretivo e de curadores amanhã, na semana seguinte extinguir a fundação, e na outra semana começam as obras de recuperação do espaço, e no mês seguinte estamos a utilizar o espaço. É uma forma pouco correta de colocar o assunto, o assunto é demasiado sério, voltou a dizer que está empenhada em resolvê-lo, o nível de prioridade é máximo, e o município de Portalegre tem muitos problemas, este não é o único, quem lhe dera que fosse, há muitos mais, agora o nível de prioridade é grande e quer muito resolver o problema da Fundação Robinson, e se depender de si extinguirá a fundação até final do mandato, esse é o seu objetivo, mas não depende só de si como também não dependeu só dos presidentes de câmara anteriores, tanto que não foi extinta. Sejamos honestos no pensamento e na forma de estar, o que é que mudou agora desde que Fermelinda Carvalho chegou ao executivo, para ser assim tão fácil resolver tudo, de onde advém essa facilidade de extinguir a fundação, e de resolver tudo num passe de mágica, isso não existe, só com muito trabalho, com esforço, com rigor, mas está empenhada em fazê-lo. Para as pessoas que estão a ouvir lá em casa, se calhar já não muitas, devido ao tempo que a assembleia está a demorar, mas voltou a frisar que a Fundação Robinson sempre serviu para fazer politica, esse tempo tem que ser ultrapassado, e ficou claro quando o senhor presidente da assembleia municipal apresentou a ideia de uma comissão com todas as bancadas, que na sua ótica fazia todo o sentido, era uma

forma de envolver todos, e todos caminharem para uma solução, mas não foi esse o entendimento de alguns grupos municipais, apenas do grupo do PSD-CDS, também o senhor presidente da assembleia sugeriu que fosse ouvido o advogado da câmara, para que explicasse o entendimento dos estatutos, e também não houve interesse nesse esclarecimento, provavelmente é fácil de concluir que caminharão sozinhos, o executivo em funções, para tentar resolver o problema. A comissão, quanto a si, fazia todo o sentido com alguém da Câmara ou até vários vereadores da câmara, podia até ter elementos das outras forças políticas da câmara, era uma boa sugestão, entendem os grupos municipais que não, resta ao executivo sozinho fazer esse caminho e fá-lo-á, fará esse caminho e dará o seu melhor para extinguir a fundação.

Ricardo Romão referiu que se volta sempre às mesmas perguntas, a senhora presidente disse que seguirá o caminho da extinção, mas não disse como o fará, que seria a discussão do ponto eventualmente, e no que toca à questão das contas lembra a senhora presidente que a Câmara Municipal não tinha poder de intervir na fundação porque a própria Câmara estava em excesso de endividamento. É desnecessário voltar ao passado para perceber o cruzamento do caminho da fundação com, não foi do buraco, foi da cratera financeira, que foi deixada pelo PSD, isso é sempre esquecido. Portanto a inevitabilidade, daquilo que aconteceu na fundação, pode recuar até aos seus inícios, e não apenas até ao mandato passado, mas não vale a pena. Relativamente às contas da fundação a senhora presidente diz que está muito preocupada, mas parece não estar preocupada que não haja contas consolidadas com a fundação, o que foi discutido na última assembleia municipal, e foi uma preocupação de todos os grupos municipais, e compete à Câmara resolver esse problema, não compete aos grupos municipais. A senhora presidente utiliza a expressão os munícipes lá em casa estão a ouvir atentos, crê que sim, mas não se apercebeu que muito do que foi discutido já fora discutido há dois anos, disse coisas que já tinha dito há dois anos atrás, e a senhora presidente não percebeu que o seu discurso já se esgotou, as pessoas já ouviram essa conversa várias vezes, há dois anos que essa conversa não passa de retórica, e as pessoas já perceberam isso, esse discurso já não cola, portanto insistir na mesma tónica, é para dizer simplesmente está tudo na mesma.

Sara Sardinha tomou a palavra e disse a Ricardo Romão para não falar pelas pessoas lá em casa, que esperasse pelas próximas eleições e logo veremos se o discurso colou ou não colou.

Raul Cordeiro reforçou que iria continuar toda a noite a fazer esse exercício, e que o perdoassem. Se há grupo municipal que nunca teve responsabilidades em conselhos diretivos, de curadores e outros da fundação Robinson é o partido socialista, que fique claro, quando se diz que é arma de arremesso partidário, não é bem assim. Deixou um desafio à senhora presidente de câmara, foi talvez a primeira pessoa a usar o termo extinção da Fundação Robinson, e até mesmo contra a opinião formada do seu próprio partido, uma vez em assembleia municipal disse espontaneamente que 'havia de haver alguém com coragem de extinguir a Fundação Robinson' e naquela altura, a maioria CLIP no executivo, e a maioria da assembleia municipal, não optaram por essa via, mas

com o passar do tempo chegou-se à voz corrente nos corredores do município que o caminho era a extinção, mas que havia que ter coragem e um momento certo para tal. Considera que a senhora presidente podia ficar na história do município de Portalegre como a presidente de câmara que teve a coragem de extinguir a Fundação Robinson, e de ter um plano, não de viabilidade económica, mas de ter um plano de viabilidade para o espaço da Fundação Robinson. Sabemos que extinguir a fundação tem um preço, não é gratuito, mas há-de encontrar-se uma solução de consenso para que isso aconteça, e deixou esse desafio, 'fique na história como a presidente de câmara que extinguiu a Fundação Robinson e devolveu o espaço Robinson à cidade de Portalegre, se fizer isso até se calhar vai ganhar as próximas eleições', e nessa altura, as pessoas estarão esquecidas do que os partidos disseram na sessão atual, e só se lembrarão que foi a senhora presidente que teve essa coragem, mas será uma coisa que vai valer para a cidade de Portalegre e não para este ou para aquele partido, e essa é a questão principal da sessão em curso.

A senhora presidente de câmara quis clarificar que não é verdade que ande há dois anos a dizer que vai extinguir e que vai começar, isso não é verdade, como dissera Ricardo Romão. Como presidente de câmara, que iniciou funções com tantas questões para resolver, inerentes à sua função e à situação atual da Câmara de Portalegre, no meio de tantas situações, entendeu que o assunto da Fundação Robinson era algo que precisava ser estudado e aprofundado, e até porque tendo em conta o parecer jurídico que tem como base para o seu entendimento, há um mandato a decorrer. Está a chegar esse tempo de iniciar esse trabalho de extinção da fundação e é isso que fará.

Diogo Serra destacou que a senhora presidente na sua intervenção acabara por responder a uma pergunta que ainda não tinha feito. Achar que é agora o tempo. Porque quando diz que pretendem que faça agora, o que durante muitos anos não foi feito, não é isso que é solicitado, o que estão todos a fazer é perceber que há um caminho longo, difícil, mas como todos os caminhos é preciso dar o primeiro passo, e o que está a ser sugerido por todos é que o momento é agora, é agora o momento de dar o primeiro passo, e a proposta é começar a criar as condições, para que seja alcançado esse objetivo, que é de todos, e pensa que não há ali ninguém que queira outras coisas. E o objetivo é que aquele espaço seja de novo da cidade, e que a responsável política da cidade, a sua câmara tenha uma ideia para o seu aproveitamento, e que tenha inclusive condições para preservar aquilo, que nem sequer custará muito dinheiro e que é necessário preservar. A senhora presidente diz que acha que é agora o tempo, que seja.

Outra questão que é preciso que fique clara é que a CDU não está de acordo com a comissão que substituísse a discussão que se está a ter, não fechando a porta a qualquer comissão como nunca fizeram, mas não aceitavam que houvesse uma comissão que fosse uma cortina de fumo para a discussão que se queria ter em assembleia.

O senhor presidente de mesa esclareceu que a proposta de regulamento da Comissão incluía a discussão e votação no plenário da assembleia:

"Compete à Comissão, nos termos do artigo 3.º do Regimento da Assembleia Municipal, articulado com o art.º 25 do RJAL:

a) Proceder à sistematização do Diagnostico da entidade Fundação Robinson, que integra o perímetro de administração local e em que o município tem influência dominante, com vista à sua discussão e votação no Plenário;

b) Proceder à redação final do Plano para o Futuro da Fundação Robinson **com vista à sua discussão e votação no Plenário**, ..."

Ou seja, a discussão seria sempre tida em plenário da assembleia municipal.

Albano Silva referiu que a Comissão iria substituir-se ao executivo camarário, e que depois do executivo camarário apresentar a sua proposta para a Fundação, poderá haver uma comissão para acompanhar esse trabalho, e que não considera correto a proposta em apreço.

O senhor presidente de mesa indicou que o que por várias vezes tem sido votado em assembleia municipal são recomendações ao órgão executivo, costuma ser frequente, e que esta Comissão iria definir uma recomendação à Câmara Municipal, não seria a primeira vez.

A senhora presidente de câmara quis clarificar que quando diz que é o tempo, é o tempo que estabeleceu para si, enquanto presidente de câmara de Portalegre, para resolver o assunto, não é que entenda que é o tempo ideal para se extinguir a fundação, já referiu nas intervenções anteriores que no seu entender devia ter sido extinta há muitos anos. O que quis dizer é que enquanto presidente da Câmara precisava de algum tempo para conhecer os *dossiers*, para trabalhar muitas matérias urgentes, e não iria forçar uma saída dos membros que ainda estavam em funções no conselho diretivo e de curadores para antecipar procedimentos. Mas não é este o tempo ideal para se extinguir a fundação, já vai tarde, havia de ter sido há muito tempo, mas entendam que um executivo novo precisa de tempo para estudar as matérias, esta e outras, e foi essa a referência que fez quando falou do tempo, e também porque se estão a aproximar do final do mandato dos corpos sociais da fundação.

Raul Cordeiro quis colocar uma questão ao grupo municipal do PSD-CDS, o que é que o PSD tinha no seu programa eleitoral quanto à Fundação Robinson.

Sara Sardinha indicou que de memória não tinha presente essa informação.

A senhora presidente de câmara esclareceu que no programa eleitoral do PSD estava a menção à intenção de se pugnar pelo cumprimento da Deliberação da Assembleia da República, que nunca foi cumprida, e que todos tem presente certamente.

Diogo Júlio Serra indicou que a Assembleia da República cumpriu, mandou publicar no Diário da República a sua deliberação, pode haver outros que não cumpriram mas a Assembleia da República cumpriu, assinado pelo senhor presidente da Assembleia Eduardo Ferro Rodrigues em 16 de março de 2018.

Não havendo mais intervenções o senhor presidente de mesa colocou o ponto a votação.----------

Nesse momento Sara Sardinha questionou se era possível juridicamente aceitar a entrada da proposta da CLIP, para votação, numa Assembleia extraordinária de ponto único.

O senhor presidente de mesa leu o artigo do regimento da Assembleia Municipal:

"Artigo 49.º - Período da Ordem do Dia

...

3 – Apenas poderão ser objeto de deliberação assuntos não incluídos na ordem do dia, nas sessões ordinárias, se a Assembleia por maioria de pelo menos dois terços do seu número legal, expressamente reconhecer urgência nessa inclusão."

...

Mas acrescentou que a proposta estaria relacionada com o ponto da ordem do dia, pelo que colocava a mesma a votação.

Nesse momento Raul Cordeiro indicou que a proposta não carece de ser admitida porque se constitui automaticamente como fazendo parte do ponto.

O senhor presidente de mesa corroborou.

DELIBERAÇÕES:

1 - Situação da Fundação Robinson.

1.1 - Requerimento do grupo municipal da CLIP sobre o assunto: Nomeação dos Órgãos Sociais da Fundação Robinson;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 9 votos contra do grupo municipal PSD-CDS e 18 votos a favor dos restantes grupos municipais aprovar o requerimento do grupo municipal da CLIP. -------

Declaração de voto do grupo municipal do PSD-CDS (Sara Sardinha)

"O grupo municipal do PSD-CDS vota contra a proposta por entender que os corpos sociais da Fundação Robinson ainda estão em funções e não há lugar neste momento para cumprimento do proposto."

Declaração de voto do grupo municipal do partido socialista (Raul Cordeiro)

"O grupo municipal do partido socialista vota a favor por considerar que os órgãos sociais da fundação Robinson já não se encontram em funções e devem ser nomeados novos órgãos sociais."

Declaração de voto do grupo municipal CLIP (Adriano Bailadeira)

"O grupo municipal CLIP vota a favor por considerar que os órgãos sociais da fundação Robinson já não se encontram em funções e devem se nomeados novos órgãos sociais."

Declaração de voto da CDU (Diogo Júlio Serra)

"O voto favorável é por entender que não pode continuar este vazio e é preciso fazer coisas para sair dele."

O senhor presidente de mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada por unanimidade.----------

ENCERRAMENTO:
==========

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor presidente de mesa, encerrada a 4.ª sessão extraordinária da Assembleia Municipal, eram 00:30 do dia 14 de outubro do ano de dois mil e vinte e três, e, da qual foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei.----------

O Presidente da Assembleia Municipal de Portalegre,

(Luís Miguel Casqueiro Romão)

O/A Secretário/a

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)